

Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90049/2025 (Lei 14.133/2021)

UASG 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

24/12/2025 12:17

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO EMPRESA perola.p@weltsolutions

Sr.(a) Pregoeiro(a),

I – O serviço está sendo executado ou já foi em algum momento?

Se a resposta for positiva:

a) qual empresa é ou foi responsável?

b) Quantos profissionais atuam atualmente no serviço?

II - Será necessário fornecimentos de peças e/ou materiais ou softwares?

III - O serviço poderá ser executado remotamente?

IV – PROFISSIONAIS NO ATO DA CONTRATAÇÃO

“7.2. Quanto à qualificação técnica, a licitante deverá:

a) Comprovar que possui no mínimo um profissional técnico ou equipe capacitada e certificada em todas as soluções abrangidas, como forma de garantir a capacidade de execução dos serviços e atividades descritas neste termo de referência e que guardam entre si correlação na infraestrutura de produção do TRE-AL:

a.1) Como requisito mínimo para a execução dos serviços vinculados à tecnologia HPE, pelo menos uma certificação HPE ASE ou MASE;

a.2) Como requisito mínimo para a execução dos serviços vinculados à tecnologia VMware, certificação VMWare VCP (VMware Certified Professional);

a.3) Como requisito mínimo para a execução dos serviços vinculados à tecnologia Veeam, certificação VMCE (Veeam Certified Engineer);

a.4) Como requisito mínimo para a execução dos serviços vinculados à tecnologia Aruba, o profissional ou a equipe técnica deverá possuir obrigatoriamente pelo menos uma certificação específica por tecnologia envolvida, dentre as seguintes: Aruba Certified Design Associate (ACDA), Aruba Certified Design Professional (ACDP), Aruba Certified Edge Associate (ACEA), Aruba Certified Mobility Associate (ACMA), Aruba Certified ClearPass Associate (ACCA), Aruba Certified ClearPass Professional (ACCP), Aruba Networking Security Service Edge (SSE), Aruba Accredited SD-WAN Expert, Aruba Central Foundations (ou certificações oficiais relacionadas ao Aruba Central) e MASE HPE Networking, sendo esta última uma comprovação de competência avançada em soluções HPE Aruba, incluindo o gerenciamento via IMC (Intelligent Management Center).

b) Apresentar capacitação do profissional ou profissionais designado(s) para atuar no contrato, essa deverá ser de nível técnico especializado em cada uma das tecnologias envolvidas, não sendo aceitas capacitações em venda de produtos;

c) Comprovar, para as tecnologias HPE envolvidas, que é parceira oficial do fabricante habilitada no programa HPE Service Delivery para entrega de serviços do mesmo como forma de subsidiar e garantir a execução destes dentro dos padrões e exigências do fabricante, sem que assim ocorram a perda total ou parcial da garantia e suporte contratual vigentes para o ambiente de produção.

d) Comprovar, para as atividades vinculadas a plataforma Veeam Software, totalmente integrada com o ambiente de produção HPE SimpliVity, HPE StoreOnce, HPE StorageWorks MSL e HPE 3PAR e VMWare, complementarmente, a capacidade e aptidão a prover os serviços e tarefas listadas nesse termo de referência do Termo de Referência anexo a este Edital.”

Entendemos que ao invés da apresentação de profissional no quadro de funcionário da Licitante, pode-se exigir uma Declaração de Compromisso de apresentação dos profissionais com as devidas certificações e experiência necessárias no ato da assinatura do contrato, ou seja, a apresentação de Profissionais Certificados integrantes no quadro de funcionários da Licitante, deve ser realizada apenas no ato da assinatura do contrato.

Esta correto o entendimento?

V – Para serviços de manutenção de equipamentos, necessário disponibilizar a lista contendo as marcas e os modelos dos respectivos equipamentos.

VI – Qual o número de chamados estimados para o mês ou ano?

VII – Qual valor do estimado?

VIII - ATESTADOS COMPATÍVEIS E PERTINENTES

“d.1) Diante do nível de complexidade imposta ao ambiente Veeam Software operando na modalidade “Disaster Recovery” (Recuperação de Desastre), é necessária a comprovação complementar de aptidão através da apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica juntamente com a proposta, devendo constar nele que a empresa realizou o fornecimento de licenças ou renovação de licenciamento Veeam Software Backup e Replicação com implantação ou atualização e transferência de tecnologia, operando nas funcionalidades mínimas de backup e replicação remota na modalidade “Disaster Recovery”;

e) Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade emitido por instituição pública ou privada de fornecimento, instalação, configuração e suporte para cada uma das soluções envolvidas, como comprovação de aptidão para executar o escopo previsto para suporte e manutenção nas respectivas.”

A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica nas licitações públicas deve ser pautada pela pertinência e compatibilidade com o objeto do contrato. Isso significa que, ao se demandar tais atestados, a Administração Pública deve assegurar que as exigências impostas sejam razoáveis e necessárias para garantir a execução adequada do contrato, sem, contudo, restringir de maneira indevida a competitividade do certame.

O entendimento predominante, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, é de que a qualificação técnica, enquanto requisito de habilitação, deve ser vista como uma medida acautelatória da Administração para garantir que os contratados tenham capacidade de cumprir suas obrigações. No entanto, essa exigência não pode ser desarrazoadamente severa a ponto de inviabilizar a participação de empresas potencialmente capazes de realizar o objeto da licitação, ainda que ofereçam produtos ou serviços de diferentes marcas ou com pequenas variações técnicas.

A doutrina, ao analisar essas questões, sublinha que requisitos de habilitação excessivos, não justificados por uma necessidade técnica evidente, configuram uma prática inadequada, que pode ser entendida como restritiva e contrária ao interesse público. Assim, a exigência de atestados específicos, vinculados a uma determinada marca, por exemplo, deve ser cuidadosamente ponderada. Caso a Administração opte por impor tal exigência, ela precisa fundamentar tecnicamente a decisão, demonstrando que essa medida é indispensável para a execução satisfatória do contrato.

A jurisprudência consolidada reforça que a Administração deve evitar requisitos que não estejam diretamente relacionados com a execução do objeto contratual. A fixação de critérios excessivos, sem uma justificativa técnica adequada, pode ser considerada uma prática que restringe indevidamente a competição e fere o

princípio da isonomia entre os licitantes.

Portanto, a apresentação de atestados que demonstrem a experiência em serviços similares ou compatíveis com o objeto da licitação deve ser considerada suficiente para fins de habilitação. Essa postura é essencial para garantir que o processo licitatório seja conduzido de maneira justa, transparente e competitiva, permitindo a participação de um maior número de empresas qualificadas, o que, em última análise, é benéfico para o interesse público. A Administração, ao justificar suas exigências técnicas, deve sempre buscar o equilíbrio entre a necessidade de garantir a capacidade técnica dos licitantes e a manutenção de um ambiente competitivo e isonômico no processo licitatório.

Estão corretos os entendimentos?

Agradecemos e aguardamos breve resposta.

Resposta da Unidade de TI

Sr. Agente de Contratação,

Em atenção ao Despacho 1858163 PREG, informo quanto aos itens do pedido de esclarecimento:

I - Não;

II - Não será necessário fornecimento ao TRE/AL. Todavia, o prestador de serviço deve ter o instrumental necessário ao desempenho da sua atividade, o que não se confunde com fornecimento ao TRE/AL;

III - Na forma do Termo de Referência, Item 3, Especificações, subitem 1/2, indica que, ao critério da CONTRATANTE, os serviços poderão ser realizados presencialmente ou remotamente.

IV - No entender da unidade técnica de TI, o Edital já é suficientemente claro;

V - Conforme registro em Edital, "o presente procedimento licitatório tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de suporte técnico avançado, remoto e presencial, em soluções HPE, VMware e Veeam, para atendimento, sob demanda, ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), de forma integrada e não vinculada à alocação de postos de trabalho (não se tratando, portanto, de terceirização convencional de mão de obra)", ou seja, o profissional vai lidar com suporte à software, quando muito, identificação de problemas eventuais de hardware, cobertos por outros contratos de garantia de equipamentos deste Regional

VI - Como não existe contratação anterior, não existe estimativa prévia. O valor máximo previsto no Edital se refere a potencial uso, não havendo qualquer exigência de consumo de tickets;

VII - Vide "Valor Total Estimado da Contratação" no Edital.

VIII - Exigência nos termos do Edital.